



aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

ABRIL DE 1997
Nº 127

Perjúrio ou falsidade ideológica?

Artigo do presidente da AEPET, Fernando Siqueira, publicado no Diário Popular, de São Paulo, no dia 7 de março último, e em jornais da imprensa alternativa.

Quando de sua campanha política, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu cumprir um programa de cinco dedos, onde agricultura, saúde, educação, segurança e emprego eram enaltecidos e recheados de promessas mirabolantes. Agora, os cinco dedos do presidente estão necrosados e ameaçados de gangrena.

A saúde e a educação estão a cada dia piores. A agricultura decai em sua produção, a reforma agrária mais uma vez foi para as calendas e a crise no campo é cada vez maior, com características explosivas. O desemprego aumenta. A segurança é um desastre nacional.

Se a saúde do povo está um caos, a saúde do patrimônio nacional está muito pior. O governo FHC está destruindo o patrimônio nacional de forma nunca antes imaginada. Um trabalho de gerações está sendo jogado na bacia das almas, entregue aos interesses estrangeiros por trinta moedas "podres".

As propostas de emenda constitucional da ordem econômica, por ele enviadas e votadas pelos parlamentares sob pressão, chantagem, suborno, barganhas e outros expedientes, literalmente desmontam e condenam o Brasil ao eterno subdesenvolvimento, e o seu povo à permanente miséria e ignorância.

A mudança de denominação de empresa nacional abriu para o capital estrangeiro o controle do subsolo brasileiro, com minérios já avaliados em mais de 10 trilhões de dólares, sem contar aqueles sob as reservas indígenas, que devem montar outro tanto; e isto sem incluir a biodiversidade, a riqueza bioquímica do futuro, da qual o Brasil detém mais de 80% da existente no planeta.

"Quando de sua campanha política, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu cumprir um programa de cinco dedos, onde agricultura, saúde, educação, segurança e emprego eram enaltecidos e recheados de promessas mirabolantes. Agora, os cinco dedos do presidente estão necrosados e ameaçados de gangrena"

A modificação na navegação de cabotagem passou a permitir a entrada de embarcações estrangeiras no interior do País para escoar toda essa riqueza, agora legalmente. Só a absurda e indefensável venda da Vale do Rio Doce vai dar acesso a áreas de direito minerário avaliadas em 2 trilhões de dólares. A maioria delas dentro da Amazônia.

A quebra dos monopólios da comunicação e do petróleo são outros absurdos de explicação impossível, assim como a venda das empresas da Eletrobrás.

Todos estes episódios revelam uma total deformação de caráter produzida pelos tentáculos do poder. Há histórias es-

tarrecedoras, como a questão petróleo: quando enviou a emenda ao Congresso, Fernando Henrique proclamava no País e no exterior que a intenção era flexibilizar a indústria do petróleo para permitir a vinda de capitais externos. Mas preservaria o monopólio da União e também a Petrobras. Como alguns deputados temiam votar tamanho descalabro, FHC mandou uma mensagem à Câmara

Federal, no dia da votação do primeiro turno, garantindo a integridade do monopólio e da Petrobras. No Senado, os senadores exigiram este compromisso escrito pelo próprio presidente, o que foi feito.

Pois bem, ao remeter o projeto de regulamentação para o Congresso, o presidente faltou com sua palavra e com todas as promessas, desde a sua campanha, até a mais recente, a Carta ao Senado. Sua proposta, "melhorada" pelo deputado Eli-seu, viola mais de cinco dispositivos constitucionais.

O Artigo 26 é inconstitucional, pois quebra o monopólio, entregando a propriedade do petróleo à empresa que o produziu, ficando a União com a rocha vazia.

O Artigo 61 permite a essas empresas estrangeiras exportar o nosso petróleo, suficiente para consumo próprio durante mais 30 anos, apenas. Se exportado, pode acabar em menos de 10.

(Continua no verso)

Perjúrio ou falsidade ideológica? (continuação)

O Artigo 29 também é inconstitucional, pois permite transferir a concessão, da Bacia de Campos, por exemplo, para uma ou mais das Seis Irmãs, sem concorrência. Todo o esforço que o País fez ao investir US\$ 20 bilhões naquela bacia, correndo todos os riscos geológicos, poderá ser entregue de graça. E qual empresa vai trazer dinheiro para cá, se tudo lhe está sendo entregue de mão beijada?

O Artigo 59 obriga a Petrobras a ceder suas instalações a quem quiser, com preços arbitrados pela ANP a ser criada. Nenhuma empresa do mundo faria isto, que vai contra a lógica dos negócios e contra o bom senso.

O Artigo 62 não deixa explícito o alcance das atividades da Petrobras; em outras palavras, o projeto omite insidiosamente as atividades de distribuição, importação, exportação e petroquímica. Ou seja, transforma a Petrobras em uma empresa *sui generis* do setor, sem a menor condição de sobrevivência. A verticalização é fundamental no ramo. A Petrobras fica foral

A promessa do presidente de não privatizar (explicitamente) a Petrobras também ficou comprometida. No Artigo 63, reduz-se a participação do governo de 51% do capital total para 50% mais uma ação do capital votante. Como o capital votante pode ser um terço do capital

total, basta que o governo detenha 16,67% do capital total (50% de 33,33%) para atender a nova Lei.

Ora, este controle é muito vulnerável. Basta que o governo não deixe a Petrobras distribuir dividendos por três anos

"A promessa do presidente de não privatizar a Petrobras também ficou comprometida. No Artigo 63, reduz-se a participação do governo de 51% do capital total para 50% mais uma ação do capital votante. Como o capital votante pode ser um terço do capital total, basta que o governo detenha 16,67% do capital total para atender a nova Lei"

para que ela seja privatizada. Ou não subscrever ações no próximo aumento de capital para a privatização ocorrer. É bom lembrar ainda que a lei do Real incluiu a possibilidade de privatizar as empresas concessionárias. Ou seja, o governo, além de tudo, deixa facilitada a privatização da empresa a médio prazo.

"Pretendem passar uma borracha na história do País. História escrita, inclusive, pelo pai e o tio do Senhor Presidente, que, juntamente com estudantes, trabalhadores, militares e todas as forças vivas da Nação, foram às ruas defender um dos pilares da Soberania Nacional, num dos maiores e mais belos movimentos populares"

Os Artigos 65 e 66 contrariam frontalmente o Artigo 37, Incisos XIX e XX da Constituição, que só permite a criação de subsidiárias após consulta ao Congresso Nacional. No afã de garantir a "privatização por dentro",

como confessou à imprensa o relator, deliciado no seu furor entreguista, o presidente propõe que a Petrobras crie e venda subsidiárias a seu (dele) bel prazer. Mesmo que os parlamentares garantissem os direitos da Petrobras e de seus acionistas, o governo ainda poderia mandá-la transformar o Departamento de Produção em subsidiária e vendê-la às Seis Irmãs. Assim, as Bacias de Campos, Solimões ou Potiguar poderiam ser entregues às multinacionais, ficando a Petrobras como uma mera "Holding de Papel".

Quase todos os artigos são perniciosos. Mas o Artigo 83 levou os entreguistas ao paroxismo: o de revogar a Lei 2.004, que instituiu o monopólio estatal e criou a Petrobras como sua executora. Ou seja, pretendem passar uma borracha na própria história do País. História escrita, inclusive, pelo pai e o tio do Senhor Presidente, que, juntamente com estudantes, trabalhadores, militares e todas as forças vivas da Nação, foram às

ruas defender um dos pilares da Soberania Nacional, num dos maiores e mais belos movimentos populares de que se tem memória.

Analizando atentamente

todos os atos e providências do presidente, concluo que ele cometeu pelo menos dois crimes: de perjúrio e falsidade ideológica.

Fernando Siqueira
Presidente da AEPET